

Projecto de Resolução n.º 303/XI/2ª

Recomendação que o Governo estabeleça com urgência um calendário para a reabertura da Ponte de Constância

O encerramento do tabuleiro rodoviário da ponte de Constância – que separou o Concelho – perturba e prejudica de forma inquestionável as populações, sendo as alternativas escassas e causadoras de prejuízos, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social.

O encerramento da ponte de Constância alterou de forma dramática e radical os hábitos das populações e empresas da região, que têm vivido quase em desespero de causa, com inúmeros prejuízos e excepcionais condicionantes.

O concelho de Constância tem as suas especificidades naturais, e a sua organização e fluxos populacionais dependem de forma inequívoca desta acessibilidade.

A ponte de duplo tabuleiro, que liga os concelhos de Constância e Vila Nova da Barquinha por rodovia e ferrovia, foi encerrada a todo o tráfego rodoviário a 20 de Julho na sequência de uma inspeção realizada pela Refer.

A Refer detectou "riscos de segurança associados à degradação estrutural por falta de adequadas intervenções de manutenção", o que originou um corte ao meio do concelho, que vê as suas freguesias separadas pelo rio.

A interdição de circulação entre Constância sul e a Praia do Ribatejo, no concelho da Barquinha, tem provocado a revolta das comunidades locais, sobretudo de Constância, que tem dois terços do território e população na margem sul e os equipamentos educativos, de segurança e serviços na margem norte.

As alternativas mais próximas (as pontes da Chamusca e de Abrantes) situam-se a cerca de 25 quilómetros de distância, o que implica deslocações acrescidas de cerca de 50 quilómetros para serviços de ida e volta, como o de assistência domiciliária e deslocações para o emprego.

O fecho - abrupto e repentino - da travessia não deu tempo nem condições às entidades autárquicas, de segurança, socorro e educação para sequer pensar em alternativas para a população e para os cerca de 4 mil automobilistas que diariamente utilizavam aquela ponte.

Estas entidades têm, no entanto, tentado encontrar soluções alternativas que, do ponto de vista financeiro, constituem um encargo extraordinário, principalmente para o Município de Constância.

Tanto mais grave neste encerramento, é o facto de dezenas de pequenas e médias empresas e algumas instituições de Constância estarem a encerrar ou em vias de fechar portas devido ao encerramento da ponte sobre o Tejo naquele concelho.

Assim, este encerramento deu também origem a um desastre para muitas pessoas ligadas a micro, pequenas e médias empresas que, de um dia para o outro, se viram privadas dos seus clientes ou de uma via de acesso para a prestação de serviços.

Convém salientar que esta ponte foi alvo de uma inspecção das Estradas de Portugal – EP que apontou para inúmeras falhas de segurança e para a necessidade da execução de obras de recuperação e reabilitação.

O actual Governo, no entanto, entendeu não dar prioridade à execução das obras de manutenção necessárias e determinadas pelas Estradas de Portugal – EP o que agravou

de forma indiscutível a situação.

Com o início do ano lectivo, o problema agrava-se, já que mais de metade da população do concelho reside na margem sul, sendo que as escolas se localizam na margem norte.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que:

1. Reconheça a prioridade da execução das obras de conservação e manutenção da Ponte de Constância.
2. Calendarize e execute de forma célere uma solução definitiva para a ligação rodoviária entre Praia do Ribatejo e Constância Sul.
3. Constitua, com as Câmaras Municipais de Constância e Vila Nova da Barquinha, uma comissão de acompanhamento da execução das obras de conservação e manutenção da Ponte de Constância.

Lisboa, 28 de Outubro de 2010

Os Deputados do CDS,